

## A relação entre instituições e crescimento econômico

uma análise heterodoxa e evolucionária

Octavio A. C. Conceição

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CONCEIÇÃO, OAC. A relação entre instituições e crescimento econômico: uma análise heterodoxa e evolucionária. In: DATHEIN, R., org. *Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Estudos e pesquisas IEPE series, pp. 157-191. ISBN 978-85-386-0382-5. Available from doi: [10.7476/9788538603825](https://doi.org/10.7476/9788538603825). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/8m95t/epub/dathein-9788538603825.epub>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# A relação entre instituições e crescimento econômico: uma análise heterodoxa e evolucionária

---

Octavio A. C. Conceição

*Instead of the macro economy being treated as a magnified representative individual, social structure has to be introduced in a population of heterogeneous individuals. This is another open door for institutional analysis. (Hodgson, 2007).*

*My basic proposal is that the concept of “social technologies”, which complement “physical” technologies, and of “institutions” as the structures and forces which support and hold in place social technologies, together point the way to a bridge design. (Nelson, 2008)*

## 1. Introdução

A agenda de pesquisa centrada no institucionalismo e mais especificamente na relação entre instituições e o processo de crescimento econômico tem evoluído muito ao longo das últimas décadas. Vários autores e correntes debruçam-se sobre este tema, estabelecendo, às vezes, um nexos teórico incompatível, contraditório e, outras vezes, suscitam um padrão de clara convergência. Explicando melhor, as abordagens sobre crescimento econômico do *mainstream*, centradas nos modelos de crescimento endógeno, advogam as vantagens da convergência a uma situação de equilíbrio ótimo, normalmente, mas nem sempre, obtido através do recurso a “instituições adequadas”, que garantiriam *ex ante* tal padrão de estabilidade de longo prazo. Nesse desenho teórico, as instituições constituem uma espécie de selo de garantia de que uma trajetória de crescimento estável possa ser alcançada, desde que as mes-

mas não perturbem a ordem sistêmica, para que as equações de crescimento possam chegar à estabilidade e ao longo prazo. Nesse sentido, a noção de instituição assume um caráter normativo e sancionador de eficiência econômica, noção esta que contrasta com a natureza do próprio institucionalismo, como se verá na sequência deste texto. De outro lado, as abordagens propriamente institucionalistas veem as instituições como regras do jogo ou padrão de regras formais e informais, segundo versão próxima da NEI, ou como hábitos de conduta dos indivíduos, segundo padrão conceitual do *Original Institutional Economics*. Neste âmbito, a relação entre instituições e o processo de crescimento econômico assumem um caráter ambíguo e, algumas vezes, podem até mesmo atrapalhar o bom desempenho econômico dos países. Aspectos culturais e idiossincráticos das nações podem desenhar trajetórias de crescimento distintas e sequer comparáveis. Não há qualquer roteiro que assegure condições “ideais” para o crescimento econômico. Esta é a razão pela qual entendemos que o nexos entre instituições e crescimento econômico tem um caráter muito mais heterodoxo do que ortodoxo. É dessa discussão que nos ocuparemos no presente texto.

Artigos recentes publicados na “Journal of Economic Issues”, “Cambridge Journal of Economics”, “Industrial and Corporate Change” e “Journal of Institutions Economics”, dentre outras revistas, têm destacado a estreita relação entre o processo de crescimento econômico e o papel das instituições. Tais estudos não tratam de estabelecer a relação de causalidade entre ambos, que muitas vezes é ambígua, mas em explicitar novos nexos conceituais que permitam esboçar uma teorização preliminar e apreciativa sobre a natureza dessa relação.

Esse tema é um dos mais complexos e desafiadores da teoria econômica contemporânea. Sua formalização como uma trajetória preestabelecida rumo ao *steady state* (Solow, Novos Clássicos ou Novos Keynesianos) ou sua compreensão como um processo instável, sinuoso e incerto (institucionalistas, neoschumpeterianos, pós-keynesianos) não esgotam a riqueza analítica creditada a tão complexo tema.

Muito tem sido enfatizado no debate econômico contemporâneo sobre a estreita vinculação entre crescimento econômico e sua dependência do marco institucional vigente no país ou na região. Alusão a essa relação é feita pela contribuição neoschumpeteriana (Freeman, Perez, Freeman e Louçã, Nelson, Dosi, Metcalfe) e pelas correntes institu-

cionalistas (Hodgson, Rutherford, North, Williamson). Não se duvida, nem se questiona a validade da causalidade entre ambas. Um conceito interage e se alimenta do outro de maneira relativamente imprevisível.

Consideramos que houve muitos avanços nesses pontos. E os mesmos vêm consolidando a importância da contribuição do Antigo Institucionalismo Norte-Americano, que tem nos estudos de Veblen, mas também em Commons e Mitchell, suas principais fontes de referências. Isso contrasta com o debate contemporâneo, que tem seu núcleo teórico na designada Nova Economia Institucionalista (NEI).

O que se buscará demonstrar nesse texto é que muito do sucesso da construção de um quadro institucional compatível com uma trajetória de crescimento econômico é oriundo do processo histórico, social, cultural que o gerou. Essa hipótese harmoniza-se com o referencial analítico do Antigo Institucionalismo.

Portanto, nem sempre é verdadeira a assertiva segundo a qual uma “eficiente” e “consistente” política macroeconômica, sintonizada com os cânones neoclássicos, é garantia segura para a obtenção de uma trajetória “ótima” de pleno emprego e equilíbrio de longo prazo.

Este texto tentará demonstrar que a) crescimento econômico é um processo complexo demais para ser expresso através de formalizações centradas em um restrito elenco de variáveis passíveis de mensuração; b) é um processo onde importam as relações de mútua causalidade, que Myrdal designou de causação circular, onde o papel das firmas, das decisões individuais e das instituições é decisivo; c) onde a história e as mediações culturais também têm importância; e d) noções de otimalidade e *steady state* dificilmente serão alcançáveis em um horizonte de longo prazo, dada a incerteza e as instabilidades inerentes ao processo de decisão capitalista de produzir.

Esses fatores sugerem que a compreensão do processo de crescimento econômico tem maior proximidade teórica com o campo heterodoxo do que com o ortodoxo. Se tal assertiva for verdadeira caberia, então, explicitar em que consiste a heterodoxia, qual sua natureza ontológica em oposição à ortodoxia, e por que se faz necessário o abandono do individualismo metodológico como pressuposto central. Ao assim proceder, entende-se que o processo de crescimento econômico deve ser compreendido sob uma perspectiva evolucionária.

Mais ainda, sob essa perspectiva, o papel do indivíduo não pode ser visto como inerte, imutável e passivo, já que são suas decisões, tomadas sob incerteza, e em um ambiente permeado de instabilidades, que criam condições para o avanço tecnológico e a consequente transição para o paradigma tecnológico que abrigará possíveis trajetórias de crescimento econômico.

Daí a importância do pensamento de Veblen e dos seguidores do Antigo Institucionalismo, pois, para eles, são esses indivíduos e as instituições que o rodeiam que exercem o poder de criar o ambiente evolucionário adequado ao avanço do processo econômico em toda sua magnitude. Reiterando mais uma vez, tal proposição somente tem sentido lógico e teórico se houver uma ruptura canônica com os princípios do individualismo metodológico, o que esbarra, necessariamente, na proposição de uma ontologia evolucionária compatível com esses preceitos. Essa é a proposição desse texto.

## 2. Instituições e crescimento econômico: um nexó evolucionário...

Vários artigos, como o de Nelson (2008), Hodgson (2008, 2009), North (2005) apontam, de forma cada vez mais enfática, que institucionalismo e crescimento econômico ou a *performance* dos países estão indissolivelmente associados. O problema seria amarrar ambas as noções de forma a estabelecer uma conexão ou ponte entre ambas. A partir daí, uma revolução no campo das teorias de crescimento seria realizado. Em tal processo, duas abordagens estariam em linha de absoluta convergência: institucionalismo e evolucionismo.

Isso nos permite afirmar, não sem alguma ousadia, que o institucionalismo venceu o debate sobre desenvolvimento econômico. A novidade em tal afirmação é que ela é reinterpretada “fora” dos cânones do *mainstream*, que a vê como resultante de uma eficiente e única estratégia liberalizante, omitindo a contribuição dos institucionalistas e evolucionárias sobre o tema.

Pegando, a título de exemplo, um artigo nesta linha, como o de Jameson (2006), tem-se que, apesar da forte influência da NEI sobre os estudos do Fundo Monetário Internacional (FMI) – como a *Conference on Second Generation Reforms* e sua ressonância no *World Development*

*Reform de 2002* e a repercussão desde os anos 70 do institucionalismo sobre o conteúdo do *Handbook of Development Economics* –, é a compreensão da economia, como definida por Philip Klein, enraizada nas correntes institucionalistas herdeiras do “velho” institucionalismo de Veblen, Commons e Mitchell, que vem ganhando importantes adeptos no debate contemporâneo. Segundo essa tradição, a economia seria um sistema que “*embraces a body of knowledge and skills and a stock of physical equipment; it also embraces a complex network of personal relations reinforced by custom, ritual, sentiment, and dogma.*” (Klein, 1977, P. 789 *Apud* Jameson, 2006, p. 369).

Saliente-se, novamente, que tal institucionalismo não é o mesmo do Banco Mundial, que privilegia apenas as denominadas “instituições de mercado”, no qual as organizações, as instituições e as restrições de política econômica atuam em consonância com o modelo neoclássico. Para Jameson (2006, p. 369): “[o]ne institution, the market, remains the focus of the international financial institutions such as the World Bank.” Entretanto, apesar desse enfoque, o institucionalismo permanece central no pensamento sobre desenvolvimento, o qual contempla a evolução institucional com grande variedade e complexidade. Para Jameson, aspectos relevantes do velho institucionalismo de Veblen, adicionados ao “novo institucionalismo” de North, vêm constituindo uma pragmática combinação de construções e *approaches* dos primeiros com avanços epistemológicos e metodológicos dos últimos, que permitiram avançar em novas questões, as quais ele designa de “moderno institucionalismo do desenvolvimento”<sup>1</sup>:

*The challenges of the development process, and its resistance to reductionism, are the roots of modern institutionalist’s contribution to understanding both development and the policies and processes that can guide development initiatives.* (Jameson, 2006, p. 370).

Tal perspectiva analítica revela que a noção de crescimento econômico (teoricamente vinculada à noção de desenvolvimento) passa pela

---

<sup>1</sup> Dentro das teorias do desenvolvimento econômico, o autor destaca três correntes institucionalistas que se salientaram a partir do velho institucionalismo. A primeira delas é a oriunda da já mencionada revista *Journal of Economic Issues*, que congrega uma série de trabalhos e estudos nesse campo analítico. A segunda é a contribuição de Ha-Joon Chang. E a terceira é a contribuição de Geoffrey Hodgson.

ideia de mudança e transformação estrutural. E, nesse sentido, a direção da mudança tem estruturalmente uma dimensão sistêmica. É impensável uma mudança no plano microeconômico, sem que se conceba sua difusão também no plano meso e macroeconômico.

Há, portanto, uma vinculação entre a ideia de mudança e de movimento com a noção de tempo e de dinâmica, que imediatamente explicitam o nexos entre processo de crescimento e evolução. É impossível conceber-se o processo de crescimento econômico sem inseri-lo em uma perspectiva evolutiva ou evolucionária. Daí a importância das abordagens que contemplam tais perspectivas, como o fazem os neo-schumpeterianos e as vertentes institucionalistas, principalmente no campo do Antigo Institucionalismo.

Esses elementos evolucionários realçam um novo enfoque interpretativo sobre a natureza do processo de crescimento econômico (visto de forma evolutiva). Isso remete à próxima questão: é possível tratá-la no âmbito do *mainstream* ou é necessário romper com o mesmo? Tal objeto analítico tem raízes heterodoxas? A resposta é sim, mas antes é preciso definir-se o que se entende por heterodoxia.

Na seqüência, procurar-se-á explicitar em que consiste a natureza do pensamento heterodoxo, para então se tentar responder em que medida se deu o avanço do institucionalismo: se por pertencer ao campo heterodoxo ou por constituir um novo *approach* teórico evolucionário, no qual o papel dos indivíduos e seus hábitos são decisivos.

### 3. ... ou uma ontologia heterodoxa?

A definição de o que é e o que não é objeto de análise teórica heterodoxa é alvo de discussões que sempre se fizeram presentes na teoria econômica e no campo da economia política. Marx, já em “O Capital”, distinguia os fundamentos de uma economia política “burguesa” de uma economia política “científica”. Lá, sugeria que o que distinguia uma da outra era a vinculação e conseqüente crença e fé nos mecanismos automáticos de regulação pelo mercado. Advogava que tais fundamentos eram – ao contrário de objeto de uma fé cega na sapiência dos dotes metafísicos da mão invisível – inventados e manipulados pelos homens, o que conferia um caráter antagônico, conflituoso e competi-

vo de busca pela apropriação do excedente, oriunda da própria atividade econômica humana. Tal argumento estabelecia, assim, a base sobre a qual se erigiram as formas de ação coletiva, as regras de comportamento e de convívio social com o ambiente de conflito, passíveis de serem “reguladas” no âmbito do processo de gestão do trabalho humano. Extraíram-se daí os fundamentos do arcabouço institucional, que daria sustentação ao processo de acumulação de capital e ao notável avanço industrial e tecnológico do século XX.

Tal perspectiva converge com o campo de pesquisa institucionalista, que tem uma natureza heterodoxa, face à crítica explícita de Veblen à ortodoxia, que tratava o *homo economicus* como inerte, imutável e passivo (Hodgson, 1998; Veblen, 1898).

A questão é explicitar em que consiste a referida natureza heterodoxa. Inúmeros autores têm se ocupado dessa questão nos últimos anos e não caberia listá-los. Ocupar-nos-emos aqui da interpretação de Lawson (2006), que afirma que houve recentemente uma numerosa expansão de atividades de pesquisa em economia nas áreas designadas de heterodoxas. Como exemplo, tem-se a formação da *Association for Heterodox Economics* (AFHE) e a conferência realizada em 2002, na Universidade de Missouri (Kansas City), sobre *The History of Heterodox Economics in the 20th Century*. A heterodoxia vem se constituindo em uma espécie de guarda-chuva que encobre uma série de diferentes projetos ou tradições. Todos, entretanto, se distinguem da ortodoxia pela importância central da ontologia. As várias tradições heterodoxas modernas distinguem-se pelos diferentes compromissos, que especificam as substantivas teorias, as políticas de mensuração ou as técnicas ou unidades básicas de análise. A economia heterodoxa inclui vários projetos ou tradições, que vão desde os pós-keynesianos, aos (velhos) institucionalistas, feministas, marxianos, austríacos e economistas sociais, entre outros. Em linhas gerais, a natureza da pesquisa heterodoxa é caracterizada pelos seguintes pontos:

- (1) um conjunto abstrato ou teórico nitidamente recorrente de temas e ênfases em uma específica tradição;
- (2) uma multiplicidade de tentativas, dentro de cada tradição, em teorizar sobre seus temas tradicionais específicos e formar posições políticas, ou ainda para determinar as principais unidades de análise



de uma específica tradição ou outros princípios metodológicos baseados nas mesmas. Os resultados são frequentemente apresentados com uma postura política/teórica, unidades básicas de análise ou princípios metodológicos alternativos ao *mainstream*;

(3) um reconhecimento de que é impossível serem geradas concordanças, dentro de uma tradição heterodoxa, sobre teorias e políticas alternativas específicas, posturas metodológicas específicas e o reconhecimento de que o único campo comum, dentro de qualquer tradição, é uma oposição ao *mainstream* ou à ortodoxia “neoclássica”.

Lawson (2006, p. 484) enfatiza que todos os referidos elementos estariam presentes nas análises pós-keynesianas, bem como em todas as demais tradições heterodoxas<sup>2</sup>. Por outro lado, o moderno projeto do *mainstream* consiste na proeminência de quatro teses centrais passíveis de crítica. A primeira é que os respectivos projetos de pesquisa defendem o sistema econômico corrente, assumindo, por isso, um caráter ideológico<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Referindo-se ao institucionalismo, Lawson (2006, p. 485) salienta que “*Briefly consider, for example, the project of old institutionalism, or anyway the manner in which it is commonly perceived. To speed up matters, let me rely on the commentary of the institutionalist historian Malcolm Rutherford. In his view, [a]ll attempts to define American institutionalism, whether in terms of a set of key methodological or theoretical principles or in terms of the contributions of [major contributors] . . . have run into problems with apparent disparities within the movement*” (Rutherford, 2000, p. 277). Rutherford notes the ‘dramatic differences’ in the methodological principles, theoretical positions and definitions of major contributors, and recognises the impression this has given: ‘[i]nstitutionalism easily appears as incoherent, as little more than a set of individual research programs with nothing in common other than a questioning of orthodox theory and method’ (Rutherford, 2000, p. 277–8). Thus Mark Blaug has stated that institutionalism ‘was never more than a tenuous inclination to dissent from orthodox economics’ (Blaug, 1978, p. 712), and George Stigler has claimed that institutionalism had ‘no positive agenda of research’, ‘no set of problems or new methods’, nothing, but ‘a stance of hostility to the standard theoretical tradition’. This view still finds wide currency — for example Oliver Williamson has recently argued that [in the light of its failures elsewhere] ‘the older institutional economics was given over to methodological objections of the orthodoxy.’” (Williamson 1998, p. 24).

<sup>3</sup> Segundo Lawson (2006, p. 485): “Often systematised under the heading of ‘mainstream economics as ideology’. To state the moral: the entire enterprise of neo-classical economics is rigged to show that *laissez-faire* produces optimal outcomes.(...) How is this rigging said to be achieved? One component of the most common strategy is everywhere to stipulate that human beings are rational (meaning optimising) atomistic individuals.”

A segunda é a construção de um modelo teórico especificado de forma a assegurar que resultados alcançáveis sejam ótimos. Isso se assenta na hipótese de que os comportamentos individuais são otimizadores, o que implica incorporar a tradição ortodoxa de tratar os indivíduos como agentes, que atuam de forma independente um do outro. Esse ponto contrasta fortemente com os argumentos levantados por Veblen em toda sua obra. Além desses dois aspectos, persiste no referido projeto uma forte inclinação à matematização, o que sugere sua aplicação em qualquer situação e lugar. Em outras palavras, a economia heterodoxa rejeita o “reducionismo metodológico”, a medida que os modelos formalísticos nem sempre são apropriados.

Essa é a razão que leva Lawson a propor que a diferença entre heterodoxia e *mainstream* seja de natureza “ontológica”. Ao definir ontologia como o estudo ou uma teoria sobre a natureza básica e a estrutura de campo (um domínio) da realidade, Lawson parafraseia Marx, salientando que os reagentes microscópicos e químicos não são apropriados para a análise das formas econômicas. Há métodos de análise apropriados para um tipo de matéria e outros não. O mesmo se diz para os métodos matemáticos, que seriam inapropriados para determinadas situações sociais <sup>4</sup>.

A terceira tese central é que o pressuposto ontológico implícito no moderno projeto de pesquisa do *mainstream* aponta para uma visão de mundo oposta à contribuição heterodoxa. O método formalístico do referido projeto requer, para sua aplicação, a existência de “sistemas fechados”, através dos quais ocorram regularidades eventuais (determinísticas ou estocásticas). O *mainstream* adota uma versão do dedutivismo, que propõe relações funcionais restritas aos limites da sequência causal (Lawson, 2006, p. 493).

Se a realidade social depende da atividade transformadora humana, seu estado de ser deve ser intrinsecamente dinâmico ou processual.

---

<sup>4</sup> Para Lawson (2006, p. 493), “*All methods of analysis are appropriate to some sorts of material but not others. This is as true of mathematical methods as others. My claim here is that the explanation of the poor showing of much of modern economics is that mathematical methods are being imposed in situations for which they are largely inappropriate. In due course, I shall argue further that it is an appraisal that mathematical methods are mostly inappropriate to social analysis that ultimately underpins the heterodox opposition. In short, I am contending that the essence of the heterodox opposition is ontological in nature.*”

Como exemplo, tem-se o sistema de linguagem, cuja existência é condição de comunicação humana, via atos de fala, etc. E é através da soma total desses atos de fala que o sistema de linguagem está continuamente sendo reproduzido e transformado. Portanto, tal sistema é intrinsecamente dinâmico, porque seu modo de ser é um processo de transformação, um contínuo vir a ser. Isso é verdadeiro também para todos os aspectos da realidade social. O mundo social se transforma em prática humana.

A ontologia alternativa acima descrita sistematiza as preconcepções das várias tradições heterodoxas e explica sua persistente oposição ao *mainstream*. A ênfase pós-keynesiana na incerteza fundamental está inserida nessa suposição, assim como a ênfase institucionalista, no método evolucionário e na tecnologia como uma força da dinâmica. Ambas dão ênfase a um sistema social visto como um “processo”. O que direciona a oposição heterodoxa ao formalismo matemático é uma visão de mundo singular em relação ao que os modelos formalísticos pressupõem. Assim, as várias tradições heterodoxas podem ser identificadas por orientações ou práticas vinculadas à ontologia social descrita. O conjunto de projetos sistematizados como heterodoxos são, em primeira instância, orientados de maneira ontológica e sistematizados através do “realismo crítico” em economia.

Portanto, o que distingue o projeto heterodoxo, além da ênfase em sua orientação básica, é fruto de um debate interno e de discordâncias muito mais sobre teorias substantivas e instâncias políticas do que sobre as unidades básicas de análise apropriadas e outros princípios metodológicos. Projetos como o pós-keynesiano ou o velho institucionalismo podem ser vistos como coerentes entre si. E tal coerência se dá através da forma como a interpretação das referidas tradições heterodoxas está efetivamente comprometida com o tipo de concepção ontológica descrita.

A quarta tese básica do autor é que, se a ontologia pode dar conta das diferenças entre as tradições heterodoxas e o moderno *mainstream* – ou seja, se os compromissos ontológicos identificam os pós-keynesianos, institucionalistas, economistas feministas e outros como heterodoxos –, então são suas orientações substantivas particulares, suas relações e ênfases que as distinguem, e não suas respostas ou princípios.

A ontologia social descrita fornece uma concepção das propriedades de todos os fenômenos sociais (abertos, estruturados, intrinsecamente dinâmicos, no sentido de dependentes da transformação

social e altamente relacionados internamente através das relações sociais), não havendo nenhuma razão para se supor que exista uma esfera econômica (ou qualquer outro subdomínio), no campo social, destituída dessas propriedades. Os materiais e princípios da realidade social são os mesmos entre economia, sociologia, política, antropologia, geografia humana e todas as outras disciplinas relacionadas ao estudo da vida social<sup>5</sup>.

Portanto, Lawson (2006, p. 502) advoga que, para se distinguir a economia heterodoxa do moderno projeto do *mainstream* devem-se considerar os seguintes aspectos:

(1) A oposição se dá não em termos de resultados substantivos ou unidades básicas de análise, mas de acordo com a orientação metodológica. O projeto do *mainstream* insiste em que o fenômeno econômico seja investigado utilizando apenas certas razões de forma matemático-dedutiva.

(2) As falhas intelectuais e limitações mais frequentes desse projeto residem na ênfase nas razões matemático-dedutivas tidas como inapropriadas, face à natureza do material social. Em outras palavras, as pressuposições ontológicas do referido método não combinam com a natureza da realidade social.

(3) A oposição heterodoxa está baseada (frequentemente de maneira implícita) na forma de captar a situação expressa na segunda controvérsia. Ou seja, a moderna heterodoxia tem uma orientação ontológica. Distingue-se do *mainstream* pela sua disposição em

---

<sup>5</sup> Assim, por exemplo, os pós-keynesianos, dadas suas prévias ênfases, podem ser diferenciados de acordo com suas relações com a “incerteza fundamental”, oriunda da abertura da realidade social. Tal enfoque pode levar a implicações da “incerteza” sobre o desenvolvimento de certas espécies de instituições, incluindo a moeda, processos de tomada de decisões, etc. No nível político, tal questão pode incluir as análises de contingências que reconhecem o fato da incerteza disseminar-se, dada a abertura da realidade social no presente e no futuro. Para os influenciados por Keynes tal foco é o que importa levando a resultados coletivos ou macro, que exercem seu impacto de volta sobre os atos individuais, pressionando for transformação estrutural, etc. Por razões similares, o institucionalismo se distingue não pelo fato de que as instituições ou processos evolucionários se constituem em unidades de análise, mas pela relação do projeto tradicional com as questões evolucionárias, e seu interesse em examinar como os itens sociais mudam ou persistem ao longo do tempo.

aproximar teoria e método de maneira compatível com a natureza da realidade social.

(4) As tradições heterodoxas do indivíduo distinguem-se por suas orientações substantivas particulares, interesses e ênfases, e não por suas alegações ou resultados teóricos, descobertas empíricas, princípios metodológicos ou posturas políticas.

A conclusão que se tira da argumentação de Lawson é que a sua ontologia heterodoxa aceita múltiplos desdobramentos, não fornecendo (e nem tendo intenção de fornecer) elementos mais específicos capazes de constituir uma teorização sobre crescimento econômico, instituições e sua evolução. Tal empreitada ficaria a cargo de cada abordagem heterodoxa específica.

#### 4. Agenda de pesquisa evolucionista sobre crescimento, tecnologia e instituições

Nelson (2002) argumenta que os economistas que vêm mais contribuindo para o desenvolvimento da teoria de crescimento evolucionária, ao longo dos últimos vinte anos, têm se motivado nessa tarefa pela percepção de que a teoria neoclássica de crescimento econômico, embora assinalando que a mudança tecnológica exerce papel central no crescimento econômico, é totalmente inadequada ao caracterizar abstratamente tal processo. Mais especificamente, é incapaz de caracterizar o processo de crescimento econômico desencadeado pela mudança tecnológica, como ele próprio o faz em conjunto com Winter (Nelson e Winter, 1982). Em particular, o modelo neoclássico desconsidera o fato de que os esforços para o avanço tecnológico são, em grande medida, “cegos” (Nelson, 2002, p. 17).

Tal proposição não implica negar o propósito, a inteligência e o corpo de entendimento das tentativas em se avançar na forma de incorporar o avanço tecnológico. É o caso de diferentes inventores e equipes de P&D que permitiram avanços em diferentes áreas, cujas conquistas são virtualmente impossíveis de serem previstas, no sentido de captar o avanço inerente a elas. A noção de que o avanço tecnológico se dá através de um processo evolucionário tem se desenvolvido de forma independente por estudiosos que atuam em uma variedade de disci-

plinas, como na sociologia, por historiadores da tecnologia, bem como por economistas interessados em modelagem (Nelson; Winter, 1982; Metcalfe, 1998; Saviotti, 1996 *apud* Nelson, 2002, p. 17).

Entretanto, deve se reconhecer que a contribuição dos modernos economistas evolucionários sobre mudança tecnológica, preocupados com o papel das instituições no desenvolvimento econômico, tem tido poucos interlocutores. Por essa razão, o artigo de Nelson (2002, p. 18) serve como uma ponte entre as duas referidas tradições intelectuais e sugere um caminho em que ambas possam seguir conjuntamente. Tal conjunção não constitui novidade, porque, mesmo antes que a moderna teoria neoclássica ganhasse a atual preponderância, a maior parte da análise econômica era tanto evolucionária, quanto institucionalista. Por mais estranho que essa afirmação possa parecer aos céticos em relação a essa abordagem, Nelson (2002) salienta que:

*Thus, Adam Smith's analysis concerned with how "the division of labor is limited by the extent of the market" and, in particular, his famous pinmaking example, certainly fits the mold of what I would call evolutionary theorizing about economic change. Indeed, his analysis is very much one about the co-evolution of physical technologies and the organization of work, with the latter, I would argue, very much a notion about "institutions". In many other places in "The Wealth of Nations", Smith is expressly concerned with the broader institutional structure of nations, in a way that certainly is consonant with the perspectives of modern institutional economics. Karl Marx of course was both an evolutionary theorist and an institutional theorist. If you consider the broad scan of his writing, so too was Alfred Marshall. Thus, evolutionary growth theorizing that encompasses institutions in an essential way has a long and honorable tradition in economics. (Nelson, 2002, p. 18 e 19).*

Sob esse aspecto, a ascensão hegemônica da teoria econômica neoclássica reduziu notavelmente o escopo intelectual implícito nas referidas abordagens, tornando a análise econômica evolucionária e institucionalista um corpo de estranho à teoria econômica. A tendência de dissonância em relação a essa hegemonia, no sentido de consolidação de uma trajetória própria, começou a ganhar espaço nos Estados Uni-

dos principalmente com a contribuição de Commons, que ajudou a definir a escola institucional Americana. Sua análise, entretanto, segundo Nelson, não era muito evolucionária. Nem Coase, que mais tarde deu substância à Nova Economia Institucional, assumiu tal caráter.

Há fortes afinidades entre a forma comum do *core* de pressupostos e percepções entre economia institucional – pelo menos aqueles pertencentes à escola de North – e a moderna economia evolucionária<sup>6</sup>. Por isso, há razões para que ambas correntes juntem suas forças: elas têm uma premissa central de que a ação humana e as interações são resultantes e resultam de hábitos de ação e de pensamento. Isto implica a rejeição do princípio de “maximização” enquanto “processo” de caracterização da forma como os homens agem. Há também a rejeição da noção friedmaniana, segundo a qual, se os homens não se orientam através do cálculo maximizador, comportam-se “como se” – o princípio do *as if* – o fizessem. Para os campos de pesquisa institucionalistas, quanto evolucionários:

*[...] patterns of action need to be understood in behavioral terms, with improvements over time being explained as occurring through process of individual and collective learning. For economic evolutionary theorists, this exactly defines the nature of an evolutionary process. (op. cit., p. 20).*

---

<sup>6</sup> Surpreendentemente e apesar de Schumpeter, em seus trabalhos, criticar o Antigo Institucionalismo por falta de uma teoria que lhe permitisse avançar teoricamente (Hodgson, 1998), Nelson enfatiza que “*Schumpeter (1942), whose work arguably has provided the starting point for modern evolutionary economics, is seldom footnoted by self-professed institutionalists, despite the fact that Schumpeter was very much concerned with economic institutions. And Schumpeter’s institutional orientation was ignored, as well, in the early writings of the evolutionary economists who cited Schumpeter as their inspiration.*” (Nelson, 2002, p. 19).

<sup>7</sup> No original, Nelson (2002, p. 20) afirma: “*For evolutionary theorists, a country’s level of technological competence is seen as the basic factor constraining it’s, with technological advance the central driving force behind economic growth. As noted, increasingly evolutionary economists are coming to see “institutions” as molding the technologies used by a society, and technological change itself. However, institutions have not as yet been incorporated into their formal analysis.*”

<sup>8</sup> No original, Nelson (2002, p. 20) afirma: “*Many would be happy to admit that the influence of a countries institutions on it’s ability to master and advance technology is a central way that institutions affect economic performance. However, institutionalists have yet to include technology and technological change explicitly into their formulation.*”

Por essas razões, os estudiosos desses dois campos têm aumentado seus interesses na compreensão dos determinantes da *performance* econômica, e como essa diferencia as nações ao longo do tempo. Os modernos teóricos evolucionários enfocam centralmente o que chamam de “tecnologias”<sup>7</sup>. E os economistas institucionalistas enfocam predominantemente as instituições<sup>8</sup>. Para Nelson, o casamento entre ambos é bastante viável. Para tanto, faz-se necessária a incorporação de alguns conceitos, como o das “rotinas” e o conceito de “tecnologia social”, como inerentemente vinculado às instituições. E, finalmente, incorpora as instituições em uma teoria evolucionária de crescimento econômico.

## 5. Uma agenda de pesquisa revisitada por Nelson

Nelson (2008) argumenta que as instituições têm tomado, na literatura atual, papel central entre economistas e estudiosos dos processos de crescimento econômico. Tais análises têm enfatizado as razões que levam à diferenciação e heterogeneidade entre o crescimento econômico das nações. O que lhe chama a atenção, com o que concordamos integralmente, é que pouquíssimas análises buscam entender a forma pela qual o referido “papel das instituições” tem sido explorado analiticamente. Há quase absoluta omissão no tratamento dessa questão. Assim, conectar esses pontos de ligação entre instituições e crescimento implica estabelecer uma coerente análise das relações entre instituições, mudança institucional e avanço tecnológico. É nesse ponto que propõe incorporar o conceito de “tecnologia social” como suporte analítico e diferenciado à noção já estabelecida de “tecnologias físicas”, o que constituiria um novo tipo de análise.

Partindo dos estudos de Douglass North, da NEI, que, desde o início dos anos 90, tem enfatizado a importância das *right institutions* como explicação central para o progresso econômico, tem-se constatado uma mudança de rumo em seu enfoque. A forma como as instituições afetam a eficiência, em termos de alocação econômica – aliás, bem ao gosto da visão neoclássica de convergência com bem-estar ótimo – vem sendo substituída por um nexos teórico mais evolucionista, em que, ao invés da ideia de alocação eficiente, a noção de mudança institucional passa a ser mais importante.



Entretanto, para a NEI, a noção de avanço tecnológico, tão importante para os neo-schumpeterianos, raramente é mencionada em North, pelo menos em seus primeiros trabalhos dos anos 90. Tal fato constitui, na ótica neoschumpeteriana, uma séria limitação analítica no que tange à compreensão da fonte do progresso econômico, já que, há pelo menos dois séculos, o avanço tecnológico tem sido considerado como a força motora do referido processo.

O desafio atual é avançar nesse ponto tentando compreender o papel das instituições e da mudança institucional no processo de crescimento econômico através da análise de como essas variáveis (ou conceitos) articulam-se com a mudança tecnológica. Essa proposição articula institucionalistas com evolucionários e abrem um enorme campo de análise já com expressiva contribuição de ambas as correntes.

Saliente-se que um número crescente de estudos vem trazendo as instituições para suas respectivas análises como ressalta Nelson (2002), particularmente no tratamento de questões ligadas ao conceito de sistemas de inovação (Dosi *et al*, 1988; Freeman, 1988; Lundvall, 1988; Nelson, 1988 *apud* Nelson, 2008).

Entretanto, para a construção de uma ponte entre a explicação de como as instituições e as mudanças institucionais relacionam-se com as mudanças tecnológicas dois obstáculos se impõem. Em primeiro lugar, não há unidade conceitual, entre os diversos autores, sobre o que entendem que deva ser o conceito de instituição. A diversidade de significados é problemática por impedir a cumulatividade no respectivo campo de pesquisa e por obstaculizar uma maior vinculação entre eles. Em segundo lugar, a forma através da qual as instituições são tratadas na literatura sobre crescimento econômico dificultam a apreensão de como elas se ajustam ou se ligam à teoria de crescimento orientada pelo avanço tecnológico.

Um terceiro ponto que consideramos relevante é que a “desagregação” do termo instituição é de grande importância para a teoria econômica, notadamente na construção do nexu ou do caminho teórico para uma integração micro-macro. Até que ponto as decisões individuais, baseadas em crença, expectativas e intuições podem se materializar no agregado e, *ex post*, em um ambiente favorável ao crescimento autossustentado (?) e duradouro? E qual o papel das instituições nesse processo? Elas atuam no plano macro ou no plano micro? Suspeita-se que, conforme a definição ou corrente adotada, atuarão em uma ou outra forma.

Assim, por exemplo, na ontologia evolucionária derivada de Veblen, Hodgson (2007) propõe que se explore esse nexos através do conceito de *re-constitutive downward causation*. Nesse sentido, o crescimento econômico seria uma propriedade emergente do ambiente micro, centrado nos hábitos, crenças e expectativas de retorno, que se materializaria no plano macro, do agregado que conformaria o paradigma tecnoeconômico vigente.

O texto de Nelson (2008) considera viável a ponte entre instituições e mudança tecnológica, que se iniciaria com o “desempacotamento” do conceito de instituição. Consideramos, porém, que não se trata apenas de desempacotá-lo, mas estabelecer os limites conceituais nos planos micro e macro.

Para desempacotar tal conceito, Nelson propõe que pesquisadores e economistas estudiosos dos sistemas de inovação concentrem-se nas explicações dos métodos prevaletentes na forma de fazer as coisas em contextos diferenciados, cujas ações e interações entre as partes determinam o que é alcançado. Daí, portanto, a relevância da coordenação efetiva como elemento crucial para a boa *performance*. A esse conjunto de ações Nelson designa “tecnologia social”, termo concebido e explicitado no artigo Nelson e Sampat (2001). Entretanto, para dotar de funcionalidade o referido conceito, é fundamental realizar uma discussão sobre a proposição analítica do que constitui o termo “instituição”.

## 6. Redefinindo o conceito de Instituição

Em uma primeira aproximação conceitual, Nelson propõe que o termo instituição, no sentido empregado no parágrafo anterior, seja definido basicamente como “*the factors and forces that mold and hold in place social technologies*” (Nelson, 2008, p. 2). Tal definição seria totalmente compatível com o tipo de enfoque dado pelos autores de sua tradição teórica e tornaria clara a discussão sobre essa questão. Ou seja, sob essa ótica, a dinâmica do crescimento econômico orientada pelo avanço tecnológico constitui um processo evolucionário, como, aliás, já havia sido salientado em seu trabalho com Winter (Nelson; Winter, 1982). Portanto, a principal tarefa da teoria do crescimento econômico seria construir instituições de maneira coerente com a teoria ne-

oschumpeteriana ou evolucionária. Mais ainda, e de forma tal, que as vinculassem analiticamente com o avanço tecnológico.

A pergunta que poderíamos fazer é se tal tarefa não reduziria demais o espectro institucionalista herdado da tradição de Veblen, em que hábitos, normas e padrões de comportamento são fundamentais. Nelson não estaria reduzindo essa ampla e complexa dimensão unicamente ao aspecto tecnológico? Julgamos que sim, daí a necessidade em buscar um outro tratamento analítico, sem desconsiderar o seu aporte. E, a nosso ver, a incorporação da ontologia vebleniana conteria os elementos sugeridos por Nelson, sem deixar de avançar analítica e conceitualmente. Essa discussão será retomada na parte final desse capítulo.

Como crescimento econômico, para Nelson, envolve a coevolução de tecnologias físicas e sociais, então as instituições são decisivas para sua efetiva operação e avanço. Algumas instituições geram condições sobre as quais os avanços tecnológicos possam ocorrer e outras sustentam o desenvolvimento de novas tecnologias fundamentais para a direção do crescimento. Caberia também argumentar já que crescimento e avanço tecnológico ocorrem sob radical incerteza, que, às vezes, as instituições podem atrapalhar o avanço, se não houver coordenação e estratégias adequadas em relação à orientação do paradigma tecnológico.

No que tange ao processo de mudança institucional, o principal argumento de Nelson é que o mesmo influi decisivamente na atividade econômica, porém se desenvolve de maneira muito mais difícil de dirigir e de controlar do que a mudança tecnológica. Saliente-se que esse argumento é também compartilhado pelas várias escolas institucionalistas, desde a NEI até os adeptos do antigo institucionalismo norte-americano de Veblen, Commons e Mitchell. Isso é também o que explica porque as instituições prevalecentes são arrastadas mais lentamente em relação aos aumentos da produtividade econômica e aos avanços do progresso técnico. Mais ainda, as reformas podem se dar em direções inesperadas, tortas e sinuosas, e, até mesmo, como dizia Veblen, em sentidos opostos à almejada “eficiência” econômica.

Como exemplo concreto de evolução das instituições, Nelson cita a sustentação das biotecnologias nos Estados Unidos para demonstrar quão difícil é avaliar se as instituições vigentes são adequadas, se funcionam bem, se precisam de reformas e de que tipo.

## 7. Como desempacotar o conceito de instituições?

A questão sobre qual o significado do termo “instituição” deve ser respondida de maneira consistente com o caminho pelo qual o termo será utilizado. Tal noção não pode ser empregada fora do seu respectivo contexto.

É comum, entre os economistas, defini-la como “as regras básicas do jogo”, no sentido de um amplo regime legal e nas formas de fazer cumprir as regras (*enforcement*, segundo North, 1990) e de assegurar normas que restrinjam o comportamento. Esse padrão conceitual está vinculado à NEI, que também associa instituições com “estruturas de governança”, as quais moldam os vários matizes da atividade econômica, tais como as “instituições financeiras das nações” ou as formas como as firmas se organizam. Essa vertente, que Nelson considera uma variante conceitual em relação à primeira definição, tem em Williamson (1985) seu principal expoente. Reitere-se que tais noções aparentemente díspares são oriundas da NEI, que tem em ambos os autores importantes referências. Não os consideramos antagônicos, nem desvinculados. Embora North reitere sua crítica ao neoclassicismo, não os consideramos anti *mainstream*, como o fazem as abordagens que se seguem. Além disso, o distanciamento de qualquer referência à Veblen aproxima ambos os autores.

Em uma linha de pensamento mais próxima de Veblen (e, portanto, mais distante da NEI), há um outro grupo de economistas que associa instituições aos costumes, padrões de comportamento *standard* ou esperados, que atuam em diferentes contextos. Como exemplo, poderia se empregar a aceitação do dinheiro na troca por bens e serviços, ou outros aspectos comportamentais. Veblen, em tais casos, é a referência central desses autores, que vinculam também as instituições ao contexto evolucionário. Para Nelson, com o que concordamos, a principal referência analítica dessa corrente, na atualidade, é Hodgson (1988, 2006). É importante salientar que, para essa linha analítica – que poderíamos designar de “institucionalismo evolucionário” ou “neoinstitucionalistas” ou, como vários deles preferem, “herdeiros do *original institutional economics*”<sup>9</sup> – o que importa é a forma como as coisas são feitas, e não o conjunto de

---

<sup>9</sup> Sem procurar esgotar o tema, há uma série de abordagens institucionalistas que se degladiam, embora, atualmente, tenha ocorrido uma clara linha de convergência. Para efeitos de simplificação dividiríamos os institucionalistas em três correntes: o Antigo Institucionalismo, o Neoinstitucionalismo (que se refere a presente nota) e a Nova Economia Institucional.

regras ou a estrutura de governança que as orientam, ou que restringem o comportamento humano. Embora conectadas, tais abordagens institucionalistas (leia-se a NEI X Hodgson) são bastante diferentes. Mais ainda, esta última linha vem se notabilizando por vincular Veblen a Darwin. Esse ponto será melhor explorado na sequência desse texto, inspirado, principalmente, na contribuição oriunda da obra recente de Hodgson (2006), intitulada “Economics in the Shadow of Darwin and Marx”.

Nelson salienta que, enquanto alguns autores usam o termo “instituição” para se referir a variáveis abstratas (como a consistência e a percepção jurídica das regras legais em uma sociedade, a moderna pesquisa nas universidades ou o uso generalizado da moeda nas trocas), outros o associam a entidades concretas particulares (como a Suprema Corte dos USA, o sistema de pesquisa na agricultura da Universidade da Califórnia ou o Bank of England). Às vezes, a ênfase do termo está associada a questões comportamentais e legais, outras vezes a “entidades” ou organizações físicas. Consideramos que tal orientação deve pender para o primeiro enfoque, que retoma a tradição de Veblen, que associa instituições ao conjunto de normas, regras, hábitos e sua evolução. O formato “físico” decorre do caráter “abstrato” das regras de comportamento.

Retomando Nelson, ele afirma ainda que em textos sobre sistemas de inovação, em nível nacional, regional e setorial, o termo “instituição” é usado para se referir a entidades concretas, tais como o que as firmas fazem, quais são os seus padrões de cooperação e competição, qual o papel das sociedades técnicas, dos centros de pesquisa e das universidades, qual a relação indústria-universidade, leis de patentes, programas públicos, etc.

## 8. O conceito de Instituição e de Tecnologia Social

Nesse sentido, Nelson e Sampat (2001) propõem definir “instituição” como a ampla gama de estudos que enfocam o caráter e os fatores que sustentam forma de fazer as coisas em contextos em que as ações e interações entre diferentes agentes determinam o que é obtido. É por isso que o conceito de “tecnologia social” parece mais adequado, porque envolve tanto uma ampla conceituação de atividade econômica, desde sua forma mais padrão, entendida como a forma de se produzir algo, ou, mais genericamente, na produção de algo útil, quanto uma ampla visão que o termo incorpora e sugere. Para Nelson e Sampat, uma atividade ou um conjunto delas – como produzir um rádio, plantar arroz, realizar uma ci-

rurgia, fazer um bolo, começar um novo negócio – envolve um conjunto de ações ou procedimentos que precisam ser feitos, tais como os procedimentos envolvidos na preparação de um bolo. Esses passos exigem insumos particulares e, em alguns casos, equipamentos, infraestrutura, etc.

Normalmente, os economistas usam o termo “tecnologia” para designar procedimentos que precisam ser feitos para se obter certos resultados. Nesse sentido, a tecnologia pode ser entendida com “física”; já a forma como o trabalho é dividido e coordenado constitui a tecnologia “social”. Assim, todas as atividades econômicas envolvem tanto tecnologias físicas quanto sociais, e a produtividade e a efetividade de uma atividade são determinadas por ambos os aspectos. As tecnologias sociais amplamente empregadas na economia são capacitadas ou restringidas por leis, normas, expectativas, estruturas de governança e por mecanismos, costumes e modos de organização e de transação. Ou seja, tais fatores sustentam e padronizam determinadas e (específicas) tecnologias sociais e, em contrapartida, podem tornar difíceis, inviáveis e não factíveis outras tecnologias, que são excluídas socialmente. Daí a sugestão em se definir instituições de maneira diferenciada, denotando estruturas e forças que moldam e sustentam, em locais específicos, as tecnologias sociais.

Tal padrão conceitual – qual seja a concepção de tecnologia social e instituições que a sustentam – é absolutamente compatível com a literatura de sistemas de inovação, o que estabelece um vínculo com o pensamento neoschumpeteriano. O sistema de P&D industrial pode ser visto como um conjunto de atividades relacionadas tanto às tecnologias físicas, quanto às tecnologias sociais. No primeiro caso, incluir-se-iam os procedimentos, laboratórios, centros de pesquisa, etc. E, no segundo, a divisão do trabalho entre cientistas e as várias estruturas de coordenação e de direção. A partir daí, emergem a organização e as estruturas de governança da pesquisa em laboratórios industriais, que constitui a instituição-chave para a capacitação e sustentação da tecnologia social.

Como conclusão, Nelson propõe que as tecnologias sociais possam ser “autoinstitucionalizadas” de várias maneiras. Em primeiro lugar, comportamentos de costumes, modos de interação e de organização tendem a ser “autorreforçados” (*self reinforcing*) porque são esperados, são familiares, de modo que qualquer ação diferente desse padrão pode vir a exigir uma reação inibidora. Em segundo lugar, as tecnologias sociais tendem a existir dentro de sistemas, uma vinculada a outra, autosustentando-se mutuamente. Em terceiro lugar, as tecnologias sociais,

como as tecnologias físicas, tendem a progredir e avançar ao longo do tempo, como experiências acumuladas, que são divididas de maneira deliberada ou inadvertidamente.

Tal quadro estabelece um padrão de sinergias e de estabilidade que permite à sociedade avançar, ora criando novas tecnologias sociais, ora substituindo as velhas. Por essas razões, reitera-se que a agenda de pesquisa atual deve assentar-se no aprofundamento do papel das instituições e da mudança institucional sobre os rumos do processo de crescimento econômico.

A questão que se coloca aqui é se a sugestão levada a efeito por Nelson, de inserir as instituições dentro do conceito de “tecnologias sociais” seria, do ponto de vista conceitual, suficiente para contemplar a desagregação do conceito de instituição. A nosso ver, julga-se que, apesar de concordarmos com sua incursão dentro das abordagens institucionalistas, pouco esclarece a respeito do papel das instituições. Em realidade, seu conceito de instituição gravita em torno do sistema de P&D e serviria como suporte ao avanço tecnológico. E, mesmo sob uma perspectiva de análise evolucionista, o papel das instituições abrange aspectos bem mais complexos e amplos, do que servir de suporte ao ambiente de inovação e mudança tecnológica. Elas, seguindo a tradição de Veblen que o próprio Nelson destaca, moldam opiniões, crenças e hábitos, mudando o comportamento dos indivíduos, os quais, por sua vez, tomam decisões e criam seus hábitos em consonância com os avanços tecnológicos. E como se viu, Nelson, sob esse aspecto, pouco argumenta. Não há, em sua avaliação, a ênfase no sentido de incorporar o papel dos indivíduos no processo de mudança institucional e tecnológica. A despeito da relevância do conceito de tecnologia social sobre o ambiente econômico regional e suas características específicas, ele pouco discorre sobre a importância dos indivíduos na definição dos respectivos hábitos, normas e padrões de conduta que lhes são específicos. Daí a importância da contribuição de Hodgson, que é discutida na sequência.

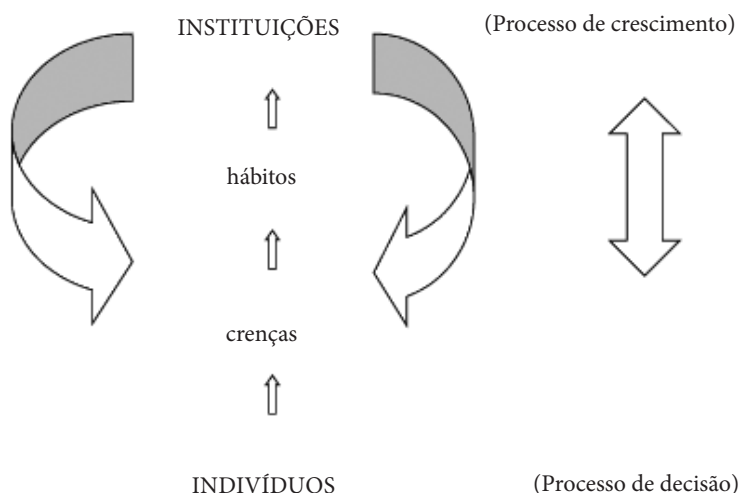
## 9. Hodgson e a ontologia evolucionária derivada de Veblen

Geoffrey Hodgson, de forma complementar a Nelson, propõe um novo enfoque para a análise institucionalista evolucionária, que reforça a vinculação entre instituições e evolucionismo, não apenas a partir da forma de “desagregação” ou desempacotamento reivindicada por Nelson, mas pela proposição de uma nova ontologia evolucionária centrada em Veblen.

Em outros termos, o caráter evolucionário do processo de crescimento econômico decorre da natureza da relação indivíduos e instituições, que, no plano das propriedades de emergência, estabelece, através do conceito de *reconstitutive downward causation*, hábitos (padrões de conduta, estratégias e decisões) que estimulam o *animal spirit* no sentido da constituição de instituições compatíveis com a direção em que se reforça o processo de crescimento.<sup>10</sup>

Crescimento se dá no plano mais elevado das instituições, que estabelece, mas que também é estabelecido, pelo padrão de hábito e conduta dos indivíduos. Esses elementos revelam parte da ontologia a que se refere Hodgson, através do conceito de *reconstitutive downward causation*. Entretanto, para se chegar ao referido conceito, faz-se necessária uma discussão a respeito das noções darwinianas de causalidade e intencionalidade, para se chegar ao conceito, proposto por Veblen, de causação cumulativa, tão referido no campo da economia institucional. O que Hodgson traz de novo é que essa discussão de natureza vebleniana tem raízes darwinianas profundas e integram o que ele designa de ontologia evolucionária de Veblen. O conceito de *reconstitutive downward causation* integra instituições e indivíduos dentro dessa proposição.

Quadro 1. *Reconstitutive downward causation*



<sup>10</sup> Em seu site, desde 2012, Hodgson propõe substituir o referido conceito por *Reconstitutive Downward Effects* por considerar que do ponto de vista evolucionário o termo "efeito" é mais adequado do que o de causação.



## 10. Intencionalidade e causalidade darwiniana

Muito se discute no campo da Economia Institucional sobre a importância da “montagem” de um adequado ambiente institucional para o estabelecimento de um sólido, estável, duradouro e relativamente permanente estágio de crescimento econômico e consequente estabilidade macroeconômica. É comum estabelecer-se uma relação de causalidade entre uma e outra. Normalmente sugere-se que a última se constitui, por definição, na condição necessária e suficiente para que o primeiro processo triunfe. Vários autores contemplam, sem questionamentos, essa assertiva, principalmente no campo da teoria convencional dos modelos *standard* (Nelson, 2002). O mesmo preceito pode ser aplicado para alguns autores mais próximos da NEI, que aceitam e sugerem que há alguma causalidade ou relação de determinação entre crescimento e estabilidade macroeconômica. Infere-se daí que, para os mesmos, o processo de crescimento econômico é de alguma forma fruto da “intencionalidade” humana, no sentido de trilhar ou perseguir “bons” fundamentos macroeconômicos. Em outros termos, e correndo-se o risco de simplificar demasiadamente a análise, não seria surpreendente se deduzir que bastaria seguir, normativamente, o “ideal” estabelecido no plano teórico de uma “adequada” teoria econômica para garantir-se o crescimento autossustentado e duradouro. Tal perspectiva é bastante previsível e roteirista. Não se discorda que tal prognóstico possa vir a se concretizar, mas sua determinação está longe de ser previsível e materializável.

Essa, a propósito, é também uma questão central suscitada por Keynes em sua Teoria Geral, visto que a incerteza em um campo complexo como a economia é intraduzível em termos probabilísticos, face ao caráter ergódico da realidade econômica e social. A mesma questão da indeterminação, face à vigência da incerteza, é enfatizada pelos seguidores da antiga tradição institucionalista. Assim, poder-se-ia formular a questão a respeito da intencionalidade ou não do processo de crescimento econômico; a intencionalidade dos indivíduos (ou governantes) em direção a tal desígnio não garante sua manifestação ou ocorrência, visto que inúmeros outros fatores concorreriam para sua emergência. Assim, a nosso ver, a questão de intencionalidade deveria estar inserida dentro da ontologia vebleniana, derivada da causalidade e dos princípios darwinianos de seleção, variação e herança.

É nesse sentido que as agendas de pesquisa em economia institucional e economia evolucionária vêm se aproximando, tanto metodológica, quanto ontologicamente, se é que foram tão distantes assim no passado. O que as unifica são os princípios darwinianos de seleção, herança e variação, que estão presentes na tradição do antigo institucionalismo de Thorstein Veblen. Assim, o darwinismo vem sendo incorporado às ciências sociais, em geral, e à economia, em particular, a partir de uma releitura da contribuição institucionalista vebleniana, que só agora passa a ser compreendida. A linha de argumentação darwiniana aplicada à “evolução socioeconômica”, ao não aceitar reducionismo biológico (princípio segundo o qual o todo é compreendido a partir da descrição das partes que o integram), vem buscando incorporar pressupostos relativos à causalidade e às explicações causais. E isso, ao contrário do senso comum, não implica subestimar, nem ignorar a noção de “intencionalidade humana”: causalidade não implica ausência de intenção. Mas significa que tais pressupostos exigem que a mesma também esteja sujeita à explicação causal.

O termo “economia evolucionária” descreve uma variedade de visões e abordagens que incorporam, em algumas delas, ideias ou analogias oriundas da biologia. Ocorre que, mesmo entre os que incorporam aspectos da biologia, como é o caso de Nelson e Winter (1982), há relutância em utilizar ou fazer referência a Darwin. A resistência a Darwin nas ciências sociais se dá principalmente porque alguns críticos o opõem à noção de intencionalidade humana, o que caracterizaria uma visão “determinista” e “mecanicista”. Porém, o que caracteriza o darwinismo é o emprego dos mecanismos de variação, seleção e herança, que estão bastante disseminados entre os economistas evolucionários, e que constituem um amplo potencial de aplicação no campo social e econômico, bem como nos fenômenos biológicos. Portanto, sob certas condições, uma ampla e geral versão do darwinismo pode ser aplicada a sistemas complexos, abertos e em evolução, como tem enfatizado autores como Veblen (1919), Campbell (1965), Dawkins (1983) e Hodgson (2002; 2004), conforme é citado por Hodgson (2004a).

O referido autor tem se preocupado em explorar algumas das implicações do darwinismo sobre as ciências sociais. Essas se concentram estritamente em questões de natureza ontológica, particularmente relacionadas à causalidade. Causalidade, desde Aristóteles, é identificada

segundo quatro tipos: a formal, a material, a eficiente e a final. Antigamente, tal noção assumia uma noção mais ampla do que a dada atualmente, pois incluía aspectos relacionados à natureza, forma e constituição material de um fenômeno, em termos de causas “formais” e “materiais”. Atualmente é adotado um sentido mais restrito da palavra, significando que fatores específicos levam a um efeito. Conforme Jochen Runde (1998, p. 154, *apud* Hodgson, 2004, p. 177): “*a cause of an event [includes] anything that contributes, or makes a difference, to the realisation of that event in one or more of its aspects.*” Nesse sentido, do ponto de vista mais restrito, Aristóteles distingue causalidade “eficiente” de causalidade “final”, sendo que a primeira não necessariamente significa “ótima” ou qualquer outro tipo de resultado, mas simplesmente capacidade de ter um efeito; e a última, também conhecida como *sufficient reason*, tem um caráter teleológico, no sentido de que é dirigida por uma intenção, propósito ou objetivo.

Portanto, para o darwinismo é central que a intencionalidade deva ser capaz de dar explicações em termos de movimentos e transferências. Ou seja, segundo Hodgson:

*Intentions are real and intentions are causes but intentions do not require an entirely different notion of causality. The causes of intentions and their causal effects have to be explained, in terms that include the important role of mental prefiguration and judgement. But these mental aspects also involve movements of matter and transfers of energy or momentum, within the brain. They are special causal mechanisms but not an entirely different (teleological) category of cause. (Hodgson, 2004a, p. 178).*

Assim, Darwin não somente proclamou que as espécies evoluíam, mas também apontou para os mecanismos causais da evolução: a ciência envolvia um compromisso com explicações causais. O trabalho de Darwin, ao longo de toda sua vida, foi marcado pela ambição de estender o campo de “explicação causal” para todas as áreas que eram dominadas por tabus de doutrinas religiosas. Mesmo antes de formular sua teoria de seleção natural, considerava que a origem das espécies humanas e sua capacidade única de reflexão e deliberação racional poderiam, a princípio, ser explicadas pela ciência. Ele rejeitou explicações

de fenômenos naturais em termos de projetos, para centrar-se no detalhamento de causas físicas ou “eficientes”, que haviam se acumulado na emergência de fenômenos elaborados durante longos períodos de tempo. Também não acreditava que as variações emergissem espontaneamente, no sentido de surgirem ou aparecerem sem uma causa. Darwin acreditava que tais “variações acidentais” deveriam ser “produzidas por causas desconhecidas” ao invés de incorporar a noção de eventos espontâneos ou sem causa. Ou seja, não acreditava que as variações surgissem sem qualquer causa *apriori*. Para ele, só devido a nossa ignorância é que elas apareceriam como “espontâneas”. Assim, mesmo quando mecanismos causais fossem ilusórios ou desconhecidos, seria tarefa do cientista tentar desvendá-los.

Darwin sustentou que resultados complexos poderiam ser explicados em termos de uma detalhada sucessão e acumulação, passo a passo, de mecanismos causais, daí a suprema importância da “ação cumulativa da seleção” (Darwin, 1859 p.43 *apud* Hodgson, 2004a, p. 180). Essa sequência de causalidade, aliás, esteve sempre presente na análise webleniana.

Darwin não apenas argumentou que a seleção natural operava lentamente, mas também sustentou, principalmente, que cada passo era suscetível a explicações causais. Com isso, sua doutrina sustentava, em particular, os mais sofisticados e complexos resultados da evolução, tais como a visão e a consciência humana. Tais fenômenos para Darwin eram suscetíveis de explicações causais, tal que não haveria nem um súbito, nem um milagroso salto na evolução da intencionalidade humana. Nesse sentido, o darwinismo não excluiu a noção de intencionalidade. Segundo Hodgson (2004a),

*Darwinism brought not only human evolution, but also the human mind and consciousness within the realms of science. Science proceeds by extending the domain of causal explanation. Much of human physiology could be explained by natural selection; Darwinism thus brought the frontier of scientific enquiry to the inner workings of the human mind.* (Hodgson, 2004a, p. 182).

Outra objeção a ser removida a respeito das ideias darwinianas em relação às ciências sociais é que evolução é cega, ignorando a intenção consciente e os planos dos indivíduos. As intenções humanas são parte

da realidade social e as interações sociais envolvem expectativas das pessoas ou indivíduos em relação às intenções dos outros indivíduos.

Sob a perspectiva darwiniana, todos os resultados têm de ser explicados de forma vinculada a um processo causal: não há nada teleológico ou orientado por natureza. Tudo deve se submeter às explicações causais em termos científicos. Isso constitui parte da visão teórica e ontológica de Darwin. Portanto, segundo Hodgson:

*Darwinism invokes both a theory of natural selection and a universal commitment to causal explanations. This brings us right back to the aforementioned central lacuna in social theory – the widespread failure to provide an adequate causal explanation of human intentionality and human motives. (Hodgson, 2004a, p. 183).*

## 11. A ênfase darwiniana de Veblen na causação

Veblen compreendeu e endossou os princípios de causalidade que foram fundamentais ao darwinismo. Para Veblen, a rejeição darwiniana da teleologia se tornou a base necessária de um científico e “pós-darwiniano” *approach* para a economia e para a ciência social. Há uma abundante evidência de que Veblen compreendeu o darwinismo, em sua maior parte, como sendo, fundamentalmente, um compromisso no detalhamento e análise sequencial causal. Em Hodgson (2004) há uma série de citações extraídas dos escritos de Veblen que confirmam isto. Embora Darwin não utilizasse o termo “causação cumulativa”, ele é importante para sublinhar a forma pela qual Veblen o via como vinculado ao darwinismo. Por exemplo, em 1907, Veblen escreveu que:

*[...] in the Darwinian scheme of thought, the continuity sought in and imputed to the facts is a continuity of cause and effect. It is a scheme of blindly cumulative causation, in which there is no trend, no final term, no consummation. The sequence is controlled by nothing but the vis a tergo of brute causation, and is essentially mechanical. (Veblen, 1907, p. 304 apud Hodgson, 2004, p. 346).*

Enquanto Veblen cunhava o termo causação “cumulativa”, utilizava-o primeiramente para se referir às sequências cumulativas de causa e efeito. Assim como ocorre para outros autores, o termo “causação circular” leva a diferentes significados, que, em linguagem moderna, poderia associar-se a processos não lineares de retornos positivos. Por exemplo, em seu clássico artigo sobre “retornos crescentes”, Allyn Young (1928, p. 533 *apud op. cit*) escreveu que *changes becomes progressive and propagates itself in a cumulative way*. Nicholas Kaldor, um de seus estudiosos, tornou extensivo o uso da noção de *feedback* positivo da “causação cumulativa” de Young (Kaldor, 1985 *apud op. cit*). Gunnar Myrdal de maneira independente também levou a ideia de causação cumulativa para os mecanismos de *feedback* positivos para a economia monetária do colega sueco economista Knut Wicksell.

Veblen empregou a ideia de uma cadeia histórica sem quebra de causa e efeito para minar os pressupostos do *mainstream* econômico. O uso feito por ele sobre as injunções metodológicas darwinianas levaram-no a uma poderosa crítica. Isso porque para Veblen, definitivamente, o agente humano era um assunto de um processo evolucionário, e jamais poderia ser tido como fixo ou dado. Portanto, uma avaliação causal da interação entre indivíduo e estrutura social tinha que ser providenciada. E esse “acerto de contas” causal não deveria parar no indivíduo, mas deveria também tentar explicar a origem dos objetivos e preferências psicológicas.

Para Veblen, o problema com o *mainstream* econômico era que o mesmo não forneceu uma explicação causal e evolucionária nem do “homem econômico racional”, nem de sua dada função de preferência. Como a racionalidade e as preferências apareceram na evolução humana? Que causas e processos eles trouxeram? Como e quando elas se formaram no desenvolvimento de cada indivíduo humano? Para Veblen, a fuga desses princípios evolucionários seria algo impossível de ser aceita analiticamente. Assim, o darwinismo significou não somente a crítica da intervenção Divina, mas também a rejeição das funções de preferência concebidas imanentemente. Como resultado, a hipótese universal da economia neoclássica de uma passiva e substancialmente inerte e imutavelmente dada natureza humana (Veblen, 1898b, p. 389, *apud* Hodgson, 2004, p. 247) tinha que ser criticada.

A posição de Veblen, de forma retrospectiva, é, para Hodgson (2006, p. 6) estritamente moderna no contexto dos desenvolvimentos recentes

na filosofia, psicologia, sociologia, antropologia e economia. A posição de Veblen é muito mais viável hoje, enquanto melhoramentos e avanços adequados são realizados, incluindo a substituição da filosofia kantiana de Veblen por uma forma mais adequada de realismo.<sup>11</sup>

A maior parte das proposições que compõem os “fundamentos filosóficos do institucionalismo vebleniano” são ontológicas e referentes à natureza do ser social, envolvendo causalidade, evolução, pensamento populacional darwiniano e muito mais. Assim, o institucionalismo vebleniano, tanto na sua forma original, quanto na ressuscitada, pode reivindicar uma ontologia particular. Ela contrasta com muitos outros *approaches* encontrados nos heterodoxos e no *mainstream*. Por exemplo, a visão de Veblen em relação à fundação instintiva da inteligência contrasta com as visões predominantes dos cientistas sociais heterodoxos e ortodoxos, que veem o instinto e a inteligência como sendo opostos. Além disso, a insistência de Veblen no sentido de que as hipóteses relativas às capacidades humanas radicais tenham que ser consistentes com as explicações evolucionárias, em termos darwinianos, também está ausente na maior parte do pensamento *mainstream* e heterodoxo. Embora Veblen não tenha desenvolvido e solucionado uma adequada ontologia social propriamente dita, sua instância geral darwiniana e evolucionária aponta para uma ontologia potencialmente fértil assentada em futuros trabalhos teóricos. Em parte, a abordagem vebleniana ressuscitada enfoca-se na natureza algorítmica e incremental da tomada de decisão. Sua orientação se dá em direção aos processos antes do que ao equilíbrio. Tanto a realidade social, quanto as capacidades individuais são concebidas em termos dos vários sistemas de regras proces-

---

<sup>11</sup> Hodgson avança no sentido de propor as proposições fundamentais do institucionalismo de Veblen. Para esse fim, Hodgson (2004, p. 246-247) identifica seis proposições básicas negativas, no sentido crítico, do institucionalismo de Veblen (incluindo rejeições ao positivismo, individualismo metodológico e coletivismo metodológico, adequadamente definidos). Para Hodgson, Veblen endossa treze proposições básicas positivas adicionais (incluindo o princípio da causação universal, o princípio da explicação evolucionária, e a ideia de *reconstitutive downward causation*). Em conjunto, essas dezenove proposições não são suficientes. Isto porque os elementos-chave adicionais: “*were unclear, underdeveloped or absent in Veblen’s works’ I add a further eight propositions (including a layered ontology and an explicit focus on emergent properties) that are ‘vital for a Veblenian theoretical system rebuilt on emergentist foundations’* (Hodgson, 2004, p. 247).” Nessas vinte e sete proposições, ele esquematiza parte dos fundamentos filosóficos do institucionalismo vebleniano.

suais. Seguindo Veblen, tais sistemas de regras são substituídos dentro de estruturas darwinianas generalizadas, em que os princípios de variação, retenção e seleção são usados para ajudar a explicar sua evolução.

É nesse sentido que Hodgson (2006) propõe a noção de *reconstitutive downward causation* como elemento fundamental à definição dos hábitos, que constituirão o arcabouço institucional<sup>12</sup>. A proximidade teórica com North (Hodgson, 2007, p. 330) – que também reconhece a importância dos modelos mentais que levam à estrutura econômica e, finalmente, às instituições – sugere uma convergência entre o novo e o antigo institucionalismo, que reabilita o conceito de preferências endógenas e a importância da racionalidade individual, formada cultural e institucionalmente. Esses pontos reforçam a existência de uma ontologia evolucionária vebleniana.

Daí a proposição de Hodgson de que esses e outros elementos coincidem com uma mudança de *gestalt* nas ciências sociais, fora das concepções de mudança incremental e de equilíbrio (onde qualquer coisa potencialmente colide com outra), para uma noção de interconectividade dentro dos sistemas sociais, composta essencialmente de estruturas e processos algorítmicos de regras (Hodgson, 2006, p. 8). Por conta dessa nova *gestalt*, e, mais particularmente, devido aos recentes desenvolvimentos do novo institucionalismo, bem como do velho, o que emergirá como “economia institucional”, nas próximas décadas, pode tornar-se muito diferente do que predominou nos anos 80 e 90, delineando uma genealogia com o velho, bem como com o novo institucionalismo.

---

<sup>12</sup> Segundo Hodgson (2004, p. 331-332): “*Institution are enduring systems of socially ingrained rules. They channel and constrain behavior so that individuals form new habits as a result. People do not develop new preferences, wants or purposes simply because “values” or “social forces” control them. Instead, the framing, shifting and constraining capacities of social institutions give rise to new perception and dispositions within individuals. Upon new habits of thought and behavior, new preferences and intentions emerge. As a result, shared habits are the constitutive material of institutions, providing them with enhanced durability, power and normative authority. (...) Habits are formed through repeated thoughts or behaviors in a specific type of social setting. Habits are individual neural connections and mechanisms, but they bear a social imprint. Reconstitutive downward causation, from specific social structure to individual, operates by creating and molding habits.*”



## 12. Conclusão

As ponderações acima enfatizam questões que, a nosso ver, nunca deveriam ter sido formalmente omitidas dentro do moderno pensamento econômico. Dentre essas se destacam as que contemplam: (a) crescimento econômico como um processo, que, enquanto tal, pressupõe rupturas e reconstruções; (b) as características da transição de um *velho* para um *novo* processo de crescimento como elementos decisivos para a análise; (c) a importância das mudanças estruturais de natureza tanto tecnológica, quanto institucional; e (d) a visão do referido processo como revestido, de país para país, e de região para região, de características bastante distintas e, às vezes, sequer comparáveis. E é exatamente desses aspectos que se ocupa a tradição institucionalista: a história importa, as formas de crescimento capitalistas são diferenciadas e múltiplas, o processo de crescimento é contínuo e tem raízes históricas profundas (North, 2005; Hodgson, 2002).

O que a discussão levada a efeito nesse texto permite concluir é que tanto a agenda de pesquisa de Nelson, quanto a de Hodgson, têm permitido avançar no campo da economia institucional e evolucionária rumo a uma depuração do termo instituição de modo a reinterpretar o processo de crescimento econômico. Por conta disso, vem emergindo um novo corpo analítico que revitaliza, em moldes contemporâneos, o ideário institucionalista esboçado por Veblen há pouco mais de um século.

A contribuição de Nelson reconhece a importância das várias abordagens institucionalistas, mas reitera que seu “desempacotamento” é decisivo para estabelecer avanços analíticos. E esses se dariam, no sentido de tentar contemplar mais adequadamente o espectro de mudanças tecnológicas e institucionais que se sobrepõem, à medida que o processo de crescimento avança. Assim propõe uma aproximação das instituições aos setores ligados à mudança tecnológica e seu desenvolvimento, que, em última instância, definiriam o perfil dos novos paradigmas tecnológicos.

Hodgson vem se detendo, teoricamente, em estabelecer uma aproximação maior do conceito de instituição ao legado de Veblen, onde o mesmo deve necessariamente estar inserido em um ambiente analítico que contemple os indivíduos, seus hábitos, normas e padrões de conduta. Tal tarefa não é simples, pois exige a inclusão na análise de um ambiente de

complexidade que contemple, e de forma interativa, todos esses conceitos. Por isso propõe que se avance no sentido da compreensão da noção de evolução, que tem em Veblen importante fonte teórica da aplicação dos princípios darwinianos às ciências sociais. Por essa razão, sugere que a relação entre o conceito de instituição e o processo de mudança (e, conseqüentemente, de crescimento) opere em um ambiente evolutivo. Mas, para tanto, deve-se avançar na proposição de uma ontologia vebleniana, que contemple as relações de causalidade cumulativa que expliquem tais movimentos. E o preenchimento dessa lacuna só será possível mediante o avanço das novas linhas de pesquisa no campo de economia evolucionária e institucional centradas na mencionada ontologia.

## Referências

CASTELLACCI, F. A critical realist interpretation of evolutionary growth theorizing. *Cambridge Journal of Economics*, n. 30, p. 861-880, 2006.

HODGSON, G. M. *Economics and Institutions: A Manifesto for a Modern Institutional Economics*. Cambridge and Philadelphia: Polity Press and University of Pennsylvania Press, 1988.

\_\_\_\_\_. *Economics and Evolution: Bringing Life Back Into Economics*. Cambridge UK and Ann Arbor MI: Polity Press and University of Michigan Press, 1993.

\_\_\_\_\_. The Ubiquity of Habits and Rules. *Cambridge Journal of Economics*, v. 21, n.6, p. 663-684, 1997.

\_\_\_\_\_. What Is the Essence of Institutional Economics?. *Journal of Economic Issues*, v. 34, n. 2, p. 317-329, 2000.

\_\_\_\_\_. Veblen and Darwinism. *International Review of Sociology/Revue Internationale de Sociologie*, Cambridge University, v. 14, n. 3, 2004.

\_\_\_\_\_. Darwinism, causality and the social sciences. *Journal of Economic Methodology*, v. 11, n. 2, jun., p. 175-194, 2004a.

\_\_\_\_\_. *The Evolution of Institutional Economics: Agency, Structure and Darwinism in American Institutionalism*. London and New York: Routledge, 2004 (b).

\_\_\_\_\_. *Economics in the Shadows of Darwin and Marx: Essays on Institutional and Evolutionary Themes*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006.

\_\_\_\_\_. What Are Institutions? *Journal of Economic Issues*, v. 40, n. 1, p. 1-25, 2006 (a).

\_\_\_\_\_. Characterizing Institutional and Heterodox Economics—A Reply to Tony Lawson. *Evolutionary and Institutional Economics Review*, v. 2, n. 2, p. 1-11, 2006 (b).

- HODGSON, G. M. The Revival of Veblenian Institutional Economics. *Journal of Economic Issues*, v. 41, n. 2, p. 325-340, 2007.
- \_\_\_\_\_. How Veblen Generalized Darwinism. *Journal of Economic Issues*, v. 42, n. 2, p. 399-405, 2008.
- \_\_\_\_\_. Institutional Economics into the Twenty-First Century. *Studi e Note di Economia*, v. 14, n. 1, p. 03-26, 2009.
- \_\_\_\_\_. KNUDSEN, T. The Complex Evolution of a Simple Traffic Convention: The Functions and Implications of Habit. *Journal of Economic Behavior and Organization*, v. 54, n. 1, p. 19-47, 2004.
- \_\_\_\_\_. Why we need a generalized Darwinism, and why generalized Darwinism is not enough. *Journal of Economic Behavior & Organization*, n. 61, p. 1-19, 2006.
- JAMESON, K. P. Has Institutionalism Won the Development Debate?. *Journal of Economic Issues*, v. 40, n. 2, p. 369-375, 2006.
- LAWSON, T. *Economics and Reality*. London and New York: Routledge, 1997.
- \_\_\_\_\_. The Nature of Institutional Economics. *Evolutionary and Institutional Economics Review*, v. 2, n. 1, p. 7-20, 2005.
- \_\_\_\_\_. The nature of heterodox economics. *Cambridge Journal of Economics*, n. 30, p. 483-505, 2006.
- NELSON, R. R.; WINTER, S. G. *An Evolutionary Theory of Economic Change*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982.
- \_\_\_\_\_. Evolutionary Theorizing in Economics. *Journal of Economic Perspectives*, v. 16, n. 2, p. 23-46, spring 2002.
- NELSON, R. R. Recent Evolutionary Theorizing About Economic Change. *Journal of Economic Literature*, v. 33, n. 1, p. 48-90, 1995.
- \_\_\_\_\_. The agenda for growth theory: a different point of view. *Cambridge Journal of Economics*, n. 22, p. 497-520, 1998.
- \_\_\_\_\_. SAMPAT, B.. Las instituciones como factor que regula el desempeño económico. *Revista de Economía Institucional*, n. 5, Segundo Semestre, 2001.
- \_\_\_\_\_. Bringing institutions into evolutionary growth theory. *Journal of Evolutionary Economics*. Springer -Verlag, n. 12, p. 17-28, 2002.
- \_\_\_\_\_. What enables rapid economic progress: What are the needed institutions?. *Research Policy*, n. 37, p. 1-11, 2008.
- NORTH, D. C. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- \_\_\_\_\_. Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.
- \_\_\_\_\_. Economic Performance Through Time. *American Economic Review*, v. 84, n. 3, p. 359-367, 1994.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

PAGANO, U. Bounded Rationality, Institutionalism and the Diversity of Economic Institutions. In: LOUÇÃ, F.; PERLMAN, M. (Editors). *Is Economics an Evolutionary Science? The Legacy of Thorstein Veblen*, Cheltenham, UK e Northampton, MA: Edward Elgar, p. 95–113, 2000.

RUTHERFORD, M. H. The Old and the New Institutionalism: Can Bridges be Built? *Journal of Economic Issues*, v. 29, n. 2, p. 443–451, 1995.

VEBLEN, T. B. Why Is Economics Not an Evolutionary Science? *Quarterly Journal of Economics*, v. 12, n. 3, p. 373-397, 1898.

WILLIAMSON, O. E. *Las instituciones económicas del capitalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

\_\_\_\_\_. *Hierarquies, Markets and Power in the Economy: An Economic Perspective*. *Industrial and Corporate Change*, v. 4, n. 1, p. 21-49, 1995.